



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
CAMPUS DO SERTÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO**

**JOSÉ FÁBIO OLIVEIRA**

**O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS DO MOVIMENTO  
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO MUNICÍPIO DE DELMIRO  
GOUVEIA – ALAGOAS**

**DELMIRO GOUVEIA- AL  
2018**

**JOSÉ FÁBIO OLIVEIRA**

**O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS DO MOVIMENTO  
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO MUNICÍPIO DE DELMIRO  
GOUVEIA – ALAGOAS**

Monografia apresentada à banca examinadora no Curso de Especialização em Educação no Semiárido, da Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Educação no Semiárido.

Orientadora: Professora Msc. Adriana Deodato Costa

**DELMIRO GOUVEIA- AL  
2018**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

O48p Oliveira, José Fábio

O processo de ensino e aprendizagem nas escolas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no município de Delmiro Gouveia - Alagoas / José Fábio Oliveira. – 2018.  
52 f. ; il.

Orientação: Profa. Ma. Adriana Deodato Costa.  
Monografia (Especialização em Educação no Semiárido) –  
Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Educação. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 3. Ensino e aprendizagem. 4. Delmiro Gouveia – Alagoas. I. Título.

CDU: 37:316.42

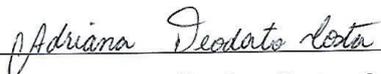
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO**

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO  
MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – ALAGOAS

**JOSÉ FÁBIO OLIVEIRA**

Monografia submetida à banca examinadora no Curso de Especialização em *Educação no Semiárido* da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão/Delmiro Gouveia/AL e aprovada no dia 29 de agosto de 2018.

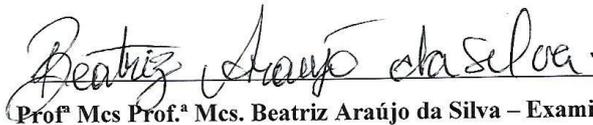
Banca Examinadora:



**Prof.<sup>a</sup> Mcs Adriana Deodato Costa – Orientadora**



**Prof. Mcs. Kleber Costa da Silva – Examinador(a) 1**



**Prof.<sup>a</sup> Mcs Prof.<sup>a</sup> Mcs. Beatriz Araújo da Silva – Examinador(a) 2**

Dedico carinhosamente este trabalho aos meus progenitores Maria e Miguel Oliveira e a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, são excluídas socialmente.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus.

A minha família.

As educadoras e educadores do campo que participaram desta pesquisa.

Ao MST.

A todos os professores e colegas do curso de especialização em educação no semiárido.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Mcs. Adriana Deodato Costa.

A todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, colaboraram para a elaboração deste trabalho, em especial Lívia Suzana Oliveira e Wilma Lima Maciel.

**OLIVEIRA, José Fábio. O processo de ensino e aprendizagem nas escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Delmiro Gouveia – Alagoas. 2018. Curso de Especialização em Educação no Semiárido, Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus Sertão.**

O presente estudo tem como temática o processo de ensino e aprendizagem nas escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Delmiro Gouveia – Alagoas, uma vez que vem se construindo ao longo dos tempos um riquíssimo processo histórico, educativo e cultural no MST e nos movimentos sociais em geral, que necessita ser valorizado, respeitado, interpretado e pesquisado com mais atenção pelos criadores de materiais didáticos e currículos, pelos formadores de políticas públicas, pelas agências de pesquisa, pelos programas de formação de educadores, pelas Universidades e pelos cursos de graduação e pós-graduação. A humanidade carece de uma educação que contemple os seus anseios por justiça social e vida digna, baseado nisso este trabalho destaca a importância de um estudo mais aprofundado sobre o processo educativo existente nos movimentos sociais, e mais precisamente no MST. O procedimento metodológico compreende uma pesquisa bibliográfica e um trabalho de coleta de dados, através de entrevistas com professores e pessoas responsáveis pela educação no MST e a trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra residentes no assentamento Jurema. Na intenção de ajustar essas questões mais intensamente, além de consultar um expressivo acervo produzido pelo próprio MST, alguns autores serão prioritários como: Caldart (2004); Bogo (2008); Castro (1991); entre outros. A pesquisa objetiva analisar qual a concepção de ensino e aprendizagem na escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Assentamento Jurema, Delmiro Gouveia – Alagoas, buscando diagnosticar como é concebida a escola do Campo nos povoados, acampamentos e assentamentos no município, apreciando a prática educativa do MST e os princípios que norteiam a escola no assentamento. Como recomendações de novos estudos nota-se a necessidade de se pesquisar mais intensamente sobre o fechamento das escolas do campo no município de Delmiro Gouveia.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação. Escola. Coletividade. Movimento Social.

**OLIVEIRA, José Fábio. The process of teaching and learning in schools of the Movement of Landless Rural Workers in the municipality of Delmiro Gouveia - Alagoas.** 2018. Specialization Course in Education in the Semi-Arid, Federal University of Alagoas - UFAL - Campus Sertão.

The present study has as its theme the teaching and learning process in schools of the Landless rural Workers Movement in the municipality of Delmiro Gouveia - Alagoas, since a very rich historical, educational and cultural process has been built over time in the MST and in social movements in general, which needs to be valued, respected, interpreted and researched with more attention by the creators of teaching materials and curricula, by public policy makers, research agencies, educator training programs, universities and courses undergraduate and postgraduate courses. Humanity lacks an education that contemplates its longings for social justice and dignified life. Based on this, this work highlights the importance of a more in-depth study of the educational process existing in social movements, and more precisely in the MST. The methodological procedure comprises a bibliographical research and a collection work, through interviews with persons responsible for education in the MST and to rural landless workers residing in the Jurema settlement. In order to adjust these issues more intensely, in addition to consulting an expressive collection produced by the MST itself, some authors will be prioritized as: Caldart (2004); Bogo (2008); Castro (1991); among others. The objective of this research is to analyze the conception of teaching and learning in the Jurema Rural Landless Workers' Movement school, Delmiro Gouveia - Alagoas, in order to diagnose how the Campo school is conceived in the villages, encampments and settlements in the municipality, appreciating the practice and the principles that guide the school in the settlement. As recommendations for new studies, it is necessary to investigate more closely the closure of the rural schools in the municipality of Delmiro Gouveia.

**Keywords:** Education. School. Collectivity. Social movement.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRICO E PRINCÍPIOS</b>	<b>18</b>
2.1 A escola tradicional rural	19
2.2 O surgimento da escola do campo	20
2.3 Princípios da educação do campo	22
2.4 A realidade da educação do campo	23
<b>3. A EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DO MST</b>	<b>25</b>
3.1 A educação no MST: origem, conquistas e desafios	25
3.2 O projeto de educação nas escolas dos assentamentos	28
<b>4. A EDUCAÇÃO NO MST A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA LOCAL: A ESCOLA DO ASSENTAMENTO JUREMA, MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL</b>	<b>30</b>
4.1 Os aspectos pesquisados	32
4.2 Análise dos dados	40
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>47</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>51</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST sempre teve como objetivo principal, desde o seu início, a construção de um projeto social emancipatório no campo, incluindo, além da luta pela terra, a luta pelo direito à escola pública de qualidade social, da educação infantil à universidade. Este projeto vem sendo realizado no decorrer das últimas décadas através da luta coletiva protagonizada por trabalhadores e trabalhadoras que incluem na sua luta pela terra a luta por uma educação libertadora, essencial para a transformação do campo brasileiro que sempre foi e continua sendo massacrado pelo descaso dos governantes e pela predominância dos grandes latifúndios que a cada dia avançam mais sobre as pequenas propriedades rurais expulsando do campo os trabalhadores rurais que de fato deveriam trabalhar na terra.

Os governantes sempre mantiveram, ao longo dos tempos e principalmente nos dias atuais, um enorme desprezo para com a classe trabalhadora. Esse descaso tem relação com o sistema capitalista que prioriza o lucro, a competitividade, o individualismo, beneficiando apenas os grandes empresários, no caso do campo, os grandes latifundiários. Os pequenos trabalhadores rurais sozinhos, individualmente, não têm a mínima condição de competir com as grandes empresas apoiadas pelos programas do governo.

Quando se trata do Sertão nordestino, o abandono por parte do poder público para com a população do campo é ainda mais alarmante. Sob a alegação de que a seca e o clima semiárido são os principais causadores de todos os problemas sociais existentes na região, os governantes procuram se eximir da culpa pelos atrasos encontrados em todo o semiárido nordestino e ainda usam esse problema para levarem vantagem nas eleições. Iná Elias de Castro, em seu texto *Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste*, cita que

No processo histórico de ocupação do sertão nordestino, ao se conservar a estrutura de apropriação da terra e as formas de organização social, foram conservadas também as condições de vulnerabilidade dos trabalhadores rurais às secas. Neste sentido, o poder simbólico da imagem da seca e do clima semiárido como desencadeadores de problemas sociais constitui um poderoso aliado na preservação da fórmula conservadora, apoiada na estratégia de dirigir as soluções dos problemas sociais para medidas que mais reforcem do que reduzam os desequilíbrios estruturais na Região. A coincidência entre seca e morte dos rebanhos, entre seca e fome passou a ser subsumida no discurso regional como relação de causa e efeito. A seca progressivamente deixava de ser percebida como o que realmente é, um fenômeno climático, para tornar-se sujeito das mazelas sociais do território nordestino e parâmetro

para suas soluções. De signo da natureza, passou a ser símbolo do território regional e mediação inescapável para apreendê-lo (1991, p. 7).

Portanto, não é interessante para o poder público a implantação de políticas públicas a fim de solucionar os problemas de atrasos sociais no Sertão nordestino porque esses problemas só lhes trazem benefícios. A manutenção desses problemas ajuda a manter os governantes no poder, através de políticas assistencialistas que só pioram o quadro de miséria e de atraso na região.

Uma das formas de manifestar esse descaso é através do fechamento de muitas escolas no campo, fazendo com que os moradores de pequenas comunidades rurais precisem se locomover para outras comunidades, geralmente bem distantes, caso queiram continuar estudando. No município de Delmiro Gouveia, onde essa pesquisa foi realizada, diversas escolas rurais foram fechadas nos últimos anos, dificultando ainda mais o acesso à escola de crianças, jovens e adultos residentes no campo, agravando o problema da evasão escolar, e conseqüentemente do analfabetismo entre essas pessoas e da vulnerabilidade social.



Escola fechada no Povoado Pedrão, município de Delmiro Gouveia. Fonte: o autor

Esse desprezo imposto pelos governantes para com a população do campo está relacionado ao fato das pessoas que aprovam as leis em nosso país são as mesmas que controlam o agronegócio, altamente capitalista, que para produzir em larga escala privatizam recursos naturais como grandes extensões de terra, florestas, minerais e água, além de utilizarem insumos artificiais que causam um desequilíbrio insustentável na biodiversidade do planeta.

Para produzir em larga escala e obter grandes margens de lucro, alimentando assim o capital, essas pessoas precisam de mão de obra barata, encontrada através do trabalhador sem qualificação profissional, portanto é interessante para o sistema capitalista o fechamento de escolas, porque assim mantém o trabalhador desqualificado e sem pensamento crítico essencial para combater esse sistema.

O agronegócio vem aumentando cada vez mais no campo brasileiro, financiado por dinheiro público disponibilizado pelo governo federal, protegido por leis criadas e aprovadas por deputados e senadores que são os mesmos proprietários desses grandes latifúndios que a cada dia avançam mais sobre as pequenas propriedades, retirando do campo os pequenos proprietários que insistem bravamente em lá continuarem morando e produzindo. Essas leis que são criadas e aprovadas com muita facilidade no congresso nacional permitem a expropriação da terra e dos territórios de quilombolas, indígenas e pequenos camponeses, no entanto, nunca é aprovada uma política de Reforma Agrária que garanta de fato a permanência no campo do pequeno produtor rural.

Dessa forma, os recursos públicos em nosso país estão sendo usados a serviço do capital, garantindo lucro para as grandes empresas, para os grandes latifundiários, enquanto a grande maioria da população não tem acesso a esses recursos. É preciso direcionar esses recursos públicos para que o pequeno agricultor possa produzir alimentos saudáveis para o consumo da população como um todo, alimentos livres de agrotóxicos, respeitando a natureza e a saúde do ser humano e dos outros animais.

Este mesmo raciocínio cruel de colocar tudo a serviço da reprodução e acúmulo do capital age também no campo da educação quando procuram assumir o controle pedagógico e político das instituições de ensino, quando transformam escolas em empresas privadas ou quando promovem a capacitação de estudantes para garantir o aumento do lucro de grandes empresas capitalistas.

Cada vez mais recursos públicos estão sendo investidos em empresas privadas para que intervenham no ensino público fazendo com que as escolas funcionem sobre a lógica do capital. Essas empresas privatizam o ensino público, controlam o processo pedagógico e o currículo, fazendo com que os professores percam a sua autonomia.

É necessário que os trabalhadores e trabalhadoras da educação se organizem, junto com alunos, pais de alunos e a comunidade em geral para manterem a escola pública com quem ela realmente é de direito, que é o povo. A sociedade precisa se organizar para enfrentar essa investida de empresas privadas no ensino público e devolver a escola a sua verdadeira função que é formar cidadãos críticos, capazes de

refletirem sobre os problemas sociais presentes no mundo, no Brasil e na sociedade em que vivem, e de contribuir para a implantação da justiça e igualdade social entre as pessoas. Sobre isso descreveu Bogo, no livro *Identidade e Luta de Classes*

Para que os dominados se emancipem, precisam formar e organizar a sua classe, reconhecer a existência de seu oposto que é a classe dominante, e, a partir disso, procurar através da luta, ocupar o seu lugar, ultrapassar a natureza da dominação burguesa, minoritária, e instituir a democracia da maioria para a maioria, pondo em movimento a lei da dialética da quantidade e qualidade. Uma classe é a condição para a existência da outra na luta da própria superação (2008. p. 10).

No entanto, sabemos que é uma luta árdua, pois as reformas propostas pelo Estado sempre estão a favor das empresas privadas, uma vez que essas empresas, na maioria das vezes, pertencem a deputados e senadores da república, que são quem aprovam as leis. Com isso, as escolas públicas estão cada vez menos democráticas e menos acessíveis a classe trabalhadora, menos pública, e conseqüentemente, menos inclusivas.

Esta pesquisa procura analisar se esse projeto social emancipatório, objeto principal do MST, capaz de garantir a todos os trabalhadores camponeses o acesso à terra e à escola pública de qualidade social, proporcionando uma educação libertadora, essencial para a transformação da vida no campo está sendo construído na zona rural de Delmiro Gouveia, e mais especificamente nas escolas dos assentamentos e acampamentos deste município e se os princípios da Educação do Campo e do Movimento Sem Terra estão sendo implantado nessas escolas.

Em relação a essas questões, este estudo tem como objetivo geral analisar a visão de docentes sobre o processo de ensino e aprendizagem na escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Assentamento Jurema, município de Delmiro Gouveia – Alagoas. E como objetivos específicos a investigação de como é concebida a Educação do Campo nas escolas dos povoados, acampamentos e assentamentos do MST no município de Delmiro Gouveia – AL, bem como analisar a prática educativa e os princípios que orientam a escola no assentamento Jurema e investigar como a educação escolar é representada socialmente pelo MST no semiárido alagoano.

Esse estudo se justifica pelo fato de abordar a educação do campo e mais precisamente de um movimento social no município de Delmiro Gouveia, uma vez que não existem pesquisas sobre esse tema em nosso município.

Essa pesquisa é de grande importância, pois visa identificar os problemas enfrentados pelas escolas das comunidades pesquisadas e levá-los ao conhecimento de todos através da universidade, buscando encaminhamentos e soluções.

O fato de ser campesino, trabalhar como professor em uma escola do Campo, além da curiosidade ou necessidade de conhecer melhor o movimento sem terra e sua história e assim poder contribuir para a melhoria da qualidade da educação nos assentamentos, povoados e sítios do município de Delmiro Gouveia, desde a organização da escola até o modo de ensino, unindo a experiência teórica da minha vida acadêmica com minha experiência prática de convivência no dia a dia do campo, foram os principais motivos que levaram o pesquisador desse trabalho a escolher este tema.

Outro motivo foi o fato de, ao longo dos tempos, poucas pesquisas educacionais e sociais terem sido feitas em relação ao meio rural e a educação do campo. Sobre esta questão, Roseli Salete Caldart, Paulo Ricardo Cerioli e Bernardo Mançano Fernandes descrevem na Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”,

O silenciamento, esquecimento e até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais é um dado histórico preocupante. Por que a educação da população do Campo foi esquecida? Um dado que exige explicação: “somente 2% das pesquisas dizem respeito a questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escolar no meio rural (POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004. p. 8).

A Metodologia da pesquisa compreende um estudo bibliográfico feito através da leitura do acervo produzido pelo próprio MST e de obras de autores como Caldart (2004), Bogo (2008), Castro (1991) entre outros, nos quais foram levantadas informações relacionadas a essa temática, a fim de discutir e fundamentar as questões abordadas, assim como a coleta de dados, através de entrevistas direcionadas aos professores responsáveis pela educação escolar no assentamento Jurema, localizado no município de Delmiro Gouveia – AL e a alguns trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra residentes nesta comunidade.

Por se tratar de uma particularidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entende-se que o método mais adequado será o estudo de caso, visto que incorre naquilo que ele tem de particular. O estudo de caso possui uma metodologia bastante eclética, gerando assim um conhecimento de valor singular. De acordo com GIL:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um objetivo, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamento considerados (GIL, 1999, p.57).

O estudo de caso pode ser utilizado para analisar uma instituição, um evento, um movimento social, uma associação, um programa, uma comunidade, uma escola, um grupo de pessoas ou uma pessoa específica, entre outros. Ainda segundo GIL:

O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL, 1999, p. 58).

No entanto, é importante destacar que o estudo de caso, assim como todos os outros métodos de pesquisa científica, possui certas limitações, como é destacado por YIN, (1981), apud GIL, (1999):

- a) Falta de rigor metodológico. Diferentemente do que ocorre com os experimentos e levantamentos, para a realização de estudos de caso não são definidos procedimentos metodológicos rígidos. Por essa razão são frequentes os vieses nos estudos de caso, os quais acabam comprometendo a qualidade dos seus resultados. Ocorre, porém, que os vieses não são prerrogativa dos estudos de caso, podendo ocorrer em outras modalidades de pesquisa. Logo, o que se propõe ao pesquisador disposto a desenvolver estudos de caso é que redobre seus cuidados tanto no planejamento quanto na coleta e análise dos dados.
- b) Dificuldade de generalização. A análise de um único ou mesmo de múltiplos casos fornece uma base muito frágil para a generalização. No entanto, os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população a partir de procedimentos estatísticos, mas sim o de expandir ou generalizar proposições teóricas.
- c) Tempo destinado à pesquisa. Alega-se que os estudos de caso demandam muito tempo para ser realizados e que frequentemente seus resultados tornam-se pouco consistentes. De fato, os primeiros trabalhos qualificados como estudos de caso foram desenvolvidos em longos períodos de tempo e seus resultados deixaram muito a desejar. Todavia, a experiência acumulada nas últimas décadas mostra que é possível a dos passíveis de confirmação por outros estudos. Convém ressaltar, no entanto, que um bom estudo de caso constitui tarefa difícil de realizar. Pesquisadores inexperientes, entusiasmados pela flexibilidade metodológica dos estudos de caso, ao final de sua pesquisa, conseguem apenas um amontoado de dados que não conseguem analisar e interpretar. (YIN, 1981, p. 22, apud GIL, 1999, p. 58).

A importância do estudo de caso nesta pesquisa justifica-se pelo fato desse método possibilitar uma forma e uma linguagem mais acessível na produção dos relatos da pesquisa, uma vez que possui uma metodologia vasta, diversificada que pode incluir análise de documentos, anotações de campo, negociações com os participantes do estudo, observações, gravações, filmagens, fotografias, questionários e entrevistas.

O presente estudo aborda a educação escolar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no entanto, mas compreende que não dá para pesquisar sobre a escola no MST de forma isolada, sem um olhar sobre toda a conjuntura do Movimento. Sobre isso descreveu Caldart, em seu livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*

Não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST, se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do Movimento, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que educação pode ser mais do que educação, e que escola pode ser mais do que escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade (2004. p. 221).

Portanto, para fazer essa abordagem sobre a conjuntura do MST e da educação do campo, partindo de uma realidade mais global e trazendo para a realidade do município de Delmiro Gouveia, o estudo foi composto por três capítulos.

O capítulo I aborda a Educação do Campo, fazendo um relato histórico, desde a escola rural tradicional, citando suas características, seus objetivos, seu currículo e o que ainda está presente desse modo de educação nas escolas do campo no Brasil na atualidade, ao surgimento da escola do campo, analisando se os princípios da educação do campo, garantidos por lei, estão sendo respeitados e colocado em prática nessas escolas.

Logo em seguida, o capítulo II traz uma abordagem global acerca da educação nas escolas dos acampamentos e assentamentos do MST, analisando o processo educativo como um todo, desde a escola até o conjunto de princípios e valores de cada sujeito, sua identidade, conquistas e lutas coletivas dentro do movimento. O capítulo III destaca também a origem da educação escolar no MST, citando como tudo começou e quais as limitações e os avanços alcançados ao longo dos tempos. No final do capítulo é feito uma breve abordagem sobre projeto de educação nas escolas desses acampamentos e assentamentos, destacando os objetivos do movimento em relação à escola.

No capítulo III, a pesquisa direciona-se a um estudo local em torno da entrevista dirigida aos educadores e educadoras da Escola Manoel Menezes de Lima, no assentamento Jurema, localizado no município de Delmiro Gouveia, abordando questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem adotado pela escola do assentamento. No final do capítulo é feita a análise dos dados da entrevista fazendo uma articulação entre as falas das docentes com os objetivos e problema da pesquisa.

Finalmente, o trabalho apresenta as considerações finais, fazendo uma reflexão crítica sobre os resultados identificados durante a pesquisa de acordo com os objetivos propostos e aponta caminhos a serem seguidos por educadoras e educadores e a população campestre em geral para que o projeto educativo nas escolas do campo, voltado para a valorização da terra, da cultura, dos saberes e do trabalho no campo realmente aconteça, superando de vez, a supervalorização da cultura urbano-burguesa implantada durante anos pela escola rural Brasil afora, que apontava o campo como um lugar atrasado e de trabalho árduo, e a cidade como o melhor lugar para se viver.

## 2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRICO E PRINCÍPIOS

Quando falamos em educação do campo, estamos nos referindo a um projeto educativo idealizado pelos movimentos camponeses no Brasil, integrado ao desenvolvimento comunitário dos povos do campo. A resolução nº 2, de 28 de abril de 2008(\*), do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo traz no seu artigo 1º, p. 1

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (\*Publicada no Dou de 29/4/2008, Seção 1, p. 25-26).

O termo educação do campo e no campo foi batizado na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, criada a partir das discussões e debates do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – I Enera, em 1997. Nessa conferência estavam presentes professores participantes de movimentos sociais do campo e pesquisadores de algumas universidades públicas, e nela se criou um espaço concreto de discussão sobre o direito à educação do campo para todos os povos que vivem no campo e do campo.

A partir daí, a luta por uma política pública de educação do campo que garanta a construção de um projeto educativo emancipatório para as escolas do campo, voltada para a valorização da terra, do trabalho, da cultura e dos saberes camponeses, ganha força e trilha novos caminhos para a superação da escola rural. A escola rural, segundo os movimentos sociais do campo, durante anos supervalorizou a cultura urbano-burguesa e, por conseguinte, desvalorizou o trabalho e a cultura camponesa, apontando a cidade como o melhor lugar para viver e o campo como o lugar para o trabalho árduo e atrasado.

Portanto, a Escola do Campo nasce do contraponto à escola rural e a tudo que ela representa como reprodutora das desigualdades sociais nas comunidades camponesas. A Escola do Campo surge como um pensar e fazer pedagógico renovado,

ligado às necessidades dos sujeitos da Educação do Campo. Sobre isso, Caldart, Cerioli e Fernandes, na Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, enfatizam que

A Educação do Campo traz, então, uma grande lição e um grande desafio para o pensamento educacional: entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade (2004. p. 12).

O campo é local de subsistência, de produção, de crescimento e não de atraso; e a escola que lá está é parte integrante da comunidade campesina e assim deve ser vivida e construída por todos – professores, alunos, pais e as demais famílias. É importante que a escola do campo – seriada ou multisseriada – cumpra seu dever de educar para além das suas paredes, redimensionando o ato de ensinar para o sucesso dos alunos, para pensar a realidade, para a transformação social. Para isso, faz-se necessário abrir mais espaços de estudo e discussão sobre a educação do campo, mas também urge a necessidade de criar novos tempos e espaços de aprendizagem dentro e fora da sala de aula, favorecendo o diálogo entre os saberes do campo e os saberes escolares.

## **2.1 A escola tradicional rural**

Por várias décadas, as escolas localizadas no campo, as chamadas escolas rurais, apresentavam, entre outras características, a utilização de material didático que valorizava a cultura industrial urbana, com conteúdos e atividades que favoreciam o individualismo, trabalhados diferentes da realidade dos alunos do campo, currículo que deixava de lado a produção do conhecimento e supervalorizava a técnica e a instrução, a falta da integração entre a comunidade e a escola, o professor como o único detentor do saber e o aluno um mero receptor de conhecimento, e avaliação quantitativa que elegia os “melhores” e desclassificava os demais, além do calendário escolar que não levava em conta as manifestações culturais da comunidade, as questões climáticas do lugar, nem os ciclos de produção. Segundo CALDART et al:

[...] Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade (2004. p. 11).

Dessa forma, a educação rural foi oficializada, utilizando metodologias com recursos didáticos próprios da vida na cidade, sem considerar as demandas das comunidades camponesas e sem valorizar a cultura do povo do campo.

A educação nas escolas rurais tinha como objetivo apenas ensinar as primeiras letras, os primeiros cálculos e ensinar o aluno a fazer o próprio nome, sem levar em conta aspectos econômicos e socioculturais de cada comunidade. Também era comum encontrar turmas multisseriadas, devido à pouca quantidade de alunos com a mesma idade e escolaridade. Com isso, ficavam na mesma sala de aula, sob a orientação de um único professor, alunos que já sabiam escrever e ler e outros que não conhecem as primeiras letras. Essa realidade de turmas multisseriadas no Campo é comum ainda nos dias de hoje, mesmo depois de passadas tantas décadas a realidade da educação, pouco mudou nas escolas de várias comunidades rurais no Brasil, principalmente aqui no sertão nordestino, onde é realizado este trabalho de pesquisa. De acordo com CALDART et al

No campo persistem incrustados todos os crônicos problemas de nossa educação: analfabetismo, crianças, adolescentes e jovens fora da escola, sem escola, defasagem idade-série, repetência e reprovação, conteúdos inadequados, problemas de titulação, salários e carreiras dos seus mestres, atendimento escolar reduzido às quatro primeiras séries do ensino fundamental e um tratamento desigual e discriminatório da população do campo e a ausência de políticas públicas que alterem esta situação perversa (2004. p. 10).

Apesar deste texto, escrito pelos autores acima citados, para a Primeira Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, ter sido produzido no ano de 2004, parece ter sido escrito nos dias atuais, pois ainda persistem no Campo, inclusive aqui no município de Delmiro Gouveia, todos esses problemas crônicos destacados nesta citação, com um agravante, que é o fechamento de várias escolas do campo.

## **2.2 O surgimento da escola do campo**

O surgimento da escola do campo acontece, a princípio, a partir da necessidade de se criar uma escola na área rural que atendesse de fato aos anseios das comunidades camponesas, que ofertasse uma educação renovada direcionada às dificuldades das famílias residentes no campo. Essa necessidade surge devido ao fato de que as escolas rurais ofereciam uma educação que defendia as crenças e os valores da sociedade industrial, valorizando a vida na cidade e discriminando a vida e o trabalho no campo.

De acordo com o Manifesto à sociedade brasileira, publicado no Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), realizado em Brasília, no período de 15 a 17 de agosto de 2012

A Educação do Campo surge das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, e trabalhadores assalariados rurais. (BOLETIM DA EDUCAÇÃO – NÚMERO 12, EDIÇÃO ESPECIAL – DEZEMBRO 2014, P. 91.)

Insatisfeitos com o contexto da educação ministrada pelas escolas rurais, a partir da década de 1970, trabalhadoras e trabalhadores do campo começaram a desenvolver um conjunto de ideias com o objetivo de mudar essa realidade. A partir dessas expectativas, os movimentos sociais do campo passaram a incluir na sua pauta de luta por trabalho, terra e dignidade, também, a luta por uma educação renovada nas escolas rurais, uma educação voltada para a valorização do trabalho e da vida no campo. Daí em diante, mais de trinta anos se passaram para que, diante de muita luta, a educação do campo pudesse fazer parte das políticas públicas dirigidas às comunidades camponesas. Ainda de acordo com o Manifesto à sociedade brasileira, publicado no Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)

Deste processo de articulação e lutas algumas conquistas dos trabalhadores camponeses organizados merecem destaque: a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea); as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002); a Licenciatura em Educação do Campo (Procampo); o Saberes da Terra; as Diretrizes Complementares que instituem normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo (2008); o reconhecimento dos dias letivos do tempo escola e tempo comunidade das instituições que atuam com a pedagogia da alternância (Parecer 01/2006 do CEB/CNE); a criação dos Observatórios de Educação do Campo, além da introdução da Educação do Campo nos grupos e linhas de pesquisa e extensão em muitas universidades e institutos, pelo país afora e o Decreto n. 7.352/2010, que institui a Política Nacional de Educação do Campo. (BOLETIM DA EDUCAÇÃO – NÚMERO 12, EDIÇÃO ESPECIAL – DEZEMBRO 2014, P. 91.)

No entanto, não é suficiente apenas que educação do campo seja assegurada por lei para que a escola rural se torne escola do campo, pois não é possível mudar de uma hora pra outra um modelo educacional. Para que essa transformação aconteça é necessária uma maior conexão entre os diversos saberes e fazeres dos povos do Campo com o conhecimento escolar, uma maior conexão entre a comunidade e a escola nela inserida.

### 2.3 Princípios da Educação do Campo

As escolas do campo estão organizadas, em sua maioria, em turmas seriadas e multisseriada, em pequenos ou grandes espaços, distantes ou próximos dos centros urbanos. São múltiplas escolas, como múltiplos campos. É a partir da constatação dessa adversidade que é necessário criar certa unidade, a fim de não se perder de vista a finalidade da educação do campo nessas escolas.

Os projetos pedagógicos das escolas do campo, independentemente da organização da turma, da estrutura física ou da localização dessas escolas devem partir dos seguintes princípios, presentes no Art. 2º, do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na reforma agrária – Pronera:

Art. 2º São princípios da educação do campo:

- I – respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II – incentivo a formulação de projetos político-pedagógicos, específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III – desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

(BRASIL, Casa Civil, 2010).

No entanto, é necessário e urgente que esses princípios da educação do campo saiam do papel e aconteçam de fato no campo de todos os municípios do Brasil, sem exceção, inclusive no município de Delmiro Gouveia, onde o campo é muito atrasado em relação a todos as áreas dos serviços sociais, educação, saúde, saneamento básico, entre outros. É preciso que esses princípios sejam colocados em prática, de maneira emergencial nas escolas do campo, pois, só assim, será possível transformar a triste realidade de exclusão social presente nas comunidades rurais do sertão nordestino.

### 2.4 A realidade da Educação do Campo

A educação do campo, assim como o direito à educação de trabalhadoras e trabalhadores, nunca foi prioridade no Brasil, isso explica os altos índices de analfabetismo presente no campo brasileiro e entre a população pobre residente em nosso país. É no campo onde se encontra pessoas com a menor média de estudo, os maiores índices de analfabetismo entre jovens e adultos, os menores percentuais de atendimento a educação infantil, o maior número de crianças fora da escola, os maiores índices de educadoras e educadores sem formação profissional, docentes com contratos e condições profissionais de trabalho humilhantes, escolas com estrutura física precária ou insalubre, entre outros problemas peculiares a educação no campo brasileiro. Quando se trata do sertão nordestino esses índices se agravam ainda mais.

Como se não bastasse todos esses problemas, atualmente temos acompanhado o fechamento de muitas escolas no campo brasileiro, inclusive no município de Delmiro Gouveia.



Escola fechada no Povoado Olho D'aguinha, município de Delmiro Gouveia. Fonte: o autor

O fechamento de escolas na zona rural, além de outros graves problemas, contribui para a evasão escolar e a saída da população do campo.

Sempre existiu por parte do poder público um histórico de abandono e descaso com as comunidades rurais no Brasil, visto com muita conformidade pela maioria da população do campo, que achava natural essa situação de inferioridade em relação à população residente na zona urbana. A educação oferecida nas escolas da zona rural sempre reforçou essa visão de inferioridade e de atraso do campo em relação à cidade.

Na atualidade, mesmo com a criação dos princípios da educação do campo, esses problemas só tendem a piorar, porque além desses princípios não estarem sendo implantados de fato no campo brasileiro, ainda está acontecendo o fechamento de escolas no campo, obrigando os estudantes que residem nessas comunidades irem estudar na zona urbana, onde sofrem diversos preconceitos e tem acesso ao currículo direcionado a vida da cidade.

Mesmo com todos os problemas, há alguns anos atrás todas as comunidades rurais do município de Delmiro Gouveia contavam com uma escola funcionando, hoje nem isso, pois várias dessas comunidades tiveram suas escolas fechadas e as que continuam funcionando não oferecem a mínima estrutura para que se desenvolva uma educação de qualidade.

É urgente a necessidade de se identificar de fato as causas desses problemas existentes nas escolas do campo no Brasil, e principalmente no semiárido nordestino, como o sucateamento e fechamento das escolas, gravíssimo problema que está se tornando cada vez mais comum. A população dessas comunidades precisa se organizar e lutar para evitar o fechamento de novas escolas no campo e reivindicar a reabertura das que foram fechadas e a implantação de um currículo baseado nos princípios da educação do campo.

### **3. A EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DO MST**

Para que possamos entender o processo de educação do Movimento Sem Terra, precisamos compreender o movimento no seu sentido mais global, no qual a escola também se insere, e não apenas a escola de forma isolada.

É necessário analisar o processo educativo como um todo, que abrange desde o conjunto de valores e princípios próprios de cada sujeito, as conquistas e lutas coletivas dentro do movimento e a construção da identidade de cada um através da sua trajetória histórica, até a escola enquanto lugar de estudo de maneira sistemática, organizada, para todos os níveis de ensino.

Desde a sua fundação, o MST considera a luta por uma educação de qualidade na mesma proporção da luta pela terra, pois, para o movimento, a educação é essencial no processo de superação da miséria, da exploração, da desigualdade e exclusão social no campo e sempre defendeu uma proposta de educação que buscasse relacionar teoria e prática, ou seja, estudo e trabalho produtivo.

#### **3.1 A Educação Escolar no MST: Origem, Conquistas e Desafios**

Como vimos no item anterior, a educação está presente na pauta de luta do MST desde o início da formação do movimento. Mesmo antes do início do MST, algumas famílias sem-terra que se encontravam acampadas numa fazenda no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1981, sentiram a necessidade e tiveram a preocupação de se organizar em relação a essa pauta, uma vez que as crianças, os jovens e até mesmo os adultos que ali estavam acampados, precisavam estudar e não tinham como sair do acampamento para ir a escola em outro local. Os obstáculos concretos dessa luta levaram essas famílias a perceberem que o acesso ao conhecimento e conseqüentemente à escola, assim como a terra, também é um direito básico e fundamental. A partir dessa percepção essas famílias organizaram um cuidado pedagógico com as crianças desse acampamento. Sobre isso descreveu Caldart

As famílias sem-terra mobilizaram-se (e mobilizam-se) pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos) (2004. p. 224.).

Diante da necessidade inerente ao Movimento, que ainda estava se estruturando e se consolidando ao longo dos anos 80, decidiu-se por elaborar uma proposta político-pedagógica específica às escolas dos acampamentos e assentamentos e pela organização e aprofundamento do trabalho educativo das novas gerações. Através disso, no final da década de 1980, durante o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, realizado na cidade de São Mateus, no estado do Espírito Santo, é formalizada a criação do setor de educação do MST. Segundo Caldart

O MST, como organização social de massas, decidiu, pressionado pela mobilização das famílias, tomar para si ou assumir a tarefa de organizar e articular por dentro de sua organicidade essa mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, e formar educadoras e educadores capazes de trabalhar nessa perspectiva. A criação do Setor de Educação formaliza o momento em que essa tarefa foi intencionalmente assumida. E, a partir de sua atuação, o próprio conceito de escola, aos poucos, vai sendo ampliado, tanto em abrangência como em significados. (2004. p. 225.)

Para o MST, o acesso à escola é tão importante quanto o acesso à terra, portanto, a luta por escolas públicas dentro de áreas de acampamentos e assentamentos sempre está presente no projeto de Reforma Agrária do Movimento. Sobre essa questão, o Caderno de Educação do MST, traz em sua edição nº 13, o seguinte:

Quando a organização do MST cria em sua estrutura um setor de educação, deixa para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola. (CADERNO DE EDUCAÇÃO Nº 13. Edição Especial: Dossiê MST ESCOLA, Documentos e Estudos, 2005. p. 11.)

Passados 37 anos de luta, muitas foram às conquistas alcançadas pelo Movimento através dessa concepção. No que se refere à educação, essas conquistas se expressam, segundo dados da Secretaria Nacional do MST, na formação de boa parte dos mais de 8 mil educadores e educadoras que atuam nessas escolas e que foram formadas pelo próprio Movimento, e nas mais de 2 mil escolas públicas (municipais e estaduais) construídas em acampamentos e assentamentos que garantem o acesso à educação a mais de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos Sem Terra. Ainda segundo Caldart:

O MST incorporou a escola em sua dinâmica, e isso em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo mas, inegavelmente, já consolidada com sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST têm que ter escola e, de preferência, que não seja uma

escola qualquer, e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos. (PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA, 2004. p. 225).

O trabalho de alfabetização desenvolvido nos últimos anos pelo MST foi responsável por alfabetizar mais de 50 mil jovens e adultos em todo país, sem falar nos mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas, responsável por formar mais de 2.000 educadores, de acordo com dados da Secretaria Nacional do MST.

Dentre esses projetos educacionais, podemos citar, como exemplo, o programa “Sim eu Posso”,\* oferecido no final de 2017 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em algumas cidades do sertão alagoano, dentre elas Delmiro Gouveia. O programa tinha como objetivo principal alfabetizar jovens e adultos de comunidades rurais e áreas periféricas da zona urbana desses municípios e utilizava na sua metodologia vídeos aulas que deixavam as aulas bem interessantes e facilitavam muito a aprendizagem desses estudantes.

Ao longo destas quase quatro décadas, uma das lições tiradas são de que os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola, e que a escola tem que estar onde o povo se encontra. A partir destas lições, a noção da Educação do Campo foi criada.

Construiu-se assim, em diálogo com teorias pedagógicas e sociais produzidas em diferentes lugares e tempos históricos através de outras práticas de educação um método de fazer a formação das pessoas, uma concepção de escola, e conseqüentemente, uma concepção de educação.

É preciso levar em consideração questões referentes aos valores e à cultura do povo do campo, ao trabalho, ao embate de classe entre projetos de campo e modelos de agricultura, que se refletem no projeto de sociedade e de país e nas concepções de formação humana, de educação e de política pública, ao conhecimento e as lutas sociais dos camponeses quando tratamos de educação do campo.

Dessa forma, a escolarização da população do campo é compreendida como um conceito mais amplo, englobando todos os processos sociais de formação das pessoas

---

\* O Método de alfabetização “Sim eu Posso” vem do Yo sí puedo da professora cubana Leonela Inés Relys Diaz

como sujeitos de seu próprio destino, ou seja, a escolaridade é apenas uma parte desse processo.

A Constituição Federal garante o direito à educação no local em que se vive, no entanto, esse direito não é respeitado e a todo o momento temos o fechamento de escolas no campo, inclusive no nosso município, negando às pessoas moradoras desses lugares o direito a educação no local onde residem. Esses direitos, assim como todos os outros, precisam ser conquistados através da luta, pois, por mais que seja um direito, ele é negado à população.

Durante esses 37 anos de existência do MST, muitas foram as conquistas, mas, muitos também são os desafios que estão colocados. A começar pelos mais de 13 milhões de brasileiros que ainda são analfabetos, o que corresponde a 8,3% do total da população com 15 anos ou mais de idade. No campo, o número de analfabetos sobe para cerca de 23%, segundo dados do Censo Escolar do Ministério da Educação-MEC, (2017). Outro desafio é a luta contra o fechamento de mais de 37 mil escolas no campo durante a última década, de acordo com o Censo Escolar do Ministério da Educação-MEC, 2017.

Portanto, diante desses desafios, só através da luta protagonizada pela população do campo, trazendo as contradições sociais, os conflitos humanos e as potencialidades do campo para dentro do processo pedagógico, ocupando os espaços na perspectiva de sujeitos coletivos, sociais e humanos, fazendo da vida seu ideário educativo, é que será possível trazer novos significados a função social originária da educação, e consequentemente, superar esses desafios.

### **3.2 O Projeto de Educação nas Escolas dos Assentamentos**

O MST quer uma escola diferente onde os alunos não sejam meros objetos e o professor uma figura autoritária. Um tipo de escola que não priorize só o conteúdo, mas esteja ligada à vida. As escolas dos assentamentos têm como objetivo construir uma identidade desse esforço pedagógico, que tenha vínculo com as questões que dizem respeito ao Movimento.

Em si o MST já é um projeto educacional. A partir disso, o seu setor de educação tem como matrizes a luta do Movimento, a organização coletiva, o trabalho, a cultura e a história, que não é uma disciplina, mas uma dimensão humana, pois são o resultado dos processos que vêm do passado. Segundo Caldart:

Olhar para o movimento social como sujeito pedagógico significa retornar uma vez mais a reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere. (PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA, 2004. p. 317.)

A educação almejada pelo Movimento Sem Terra é uma educação que une as teorias acadêmicas com a educação popular, aquela que nasce do povo, para seu desenvolvimento. Uma educação que tenha uma visão direcionada para a formação humana em todas as suas dimensões: do indivíduo para a coletividade; do local para o global; do particular para o comunitário, proporcionando uma integração mais ampla entre aluno/comunidade, escola/família e comunidade/escola. No próximo capítulo trataremos uma análise da educação escolar em Delmiro Gouveia/AL, de modo a apreender os princípios e objetivos do Movimento para ela.

#### **4. A EDUCAÇÃO NO MST A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA LOCAL: A ESCOLA DO ASSENTAMENTO JUREMA, MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL**

Nos capítulos anteriores a pesquisa aborda a Educação do Campo e a Educação Escolar nos Assentamentos do MST de maneira mais ampla, global, generalizada, já neste capítulo o estudo direciona-se para uma realidade local, abordando questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem adotado pela escola do Assentamento Jurema, localizado no município de Delmiro Gouveia – Alagoas.



Assentamento Jurema. Foto: o autor

O assentamento Jurema localiza-se na mesorregião do Sertão Alagoano, microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, município de Delmiro Gouveia e recebeu esse nome devido existir no local uma grande quantidade de árvore arbustiva típica da caatinga, a jurema (*mimosa hostilis*).

Segundo a agricultora CF, moradora do assentamento Jurema, entrevistada no dia 06/05/2018, as primeiras famílias vieram de outro acampamento, o acampamento Costa, hoje assentamento Nova Esperança, localizado do outro lado do riacho do Talhado, no município de Olho D'água do Casado, no ano de 2000. Essas famílias juntaram-se a outras famílias de pequenos agricultores da região e ocuparam a fazenda Café Neguinho, localizada no município de Delmiro Gouveia.

A partir da ação de ocupação foram assentadas, no ano de 2002, 48 (quarenta e oito) famílias, em uma área total de 480 hectares, cabendo exatamente 10 hectares para cada família. Atualmente o assentamento ainda conta com 48 famílias, no entanto, menos da metade daquelas famílias que participaram do processo de acampamento continuam no local, a maioria das pessoas vendeu seus lotes e suas casas e foram embora para outros lugares.

De agora em diante, o estudo volta-se ao processo de ensino e aprendizagem implantado na escola do assentamento Jurema, procurando fazer a interpretação e análise dos dados das entrevistas, sempre buscando a articulação entre os objetivos e o problema da pesquisa. A entrevista foi estruturada tendo como objetivo analisar o processo de ensino e aprendizagem através de uma realidade concreta.

Através das perguntas feitas durante a entrevista, buscou-se identificar nas falas das pessoas entrevistadas possíveis respostas para o problema da pesquisa, a fim de se chegar aos objetivos propostos.

Como foi possível observar no capítulo anterior, muitas foram as conquistas alcançadas nas últimas décadas pelo movimento sem terra a nível nacional no que se refere à educação. Através da entrevista procura-se analisar se essas conquistas estão presentes no município de Delmiro Gouveia, e mais precisamente no assentamento Jurema e nas comunidades vizinhas.

Para fazer esta pesquisa sobre a realidade local da educação escolar em um assentamento do MST, foi feita uma entrevista com educadoras e educadores que atuam na escola Manoel Menezes de Lima, no Assentamento Jurema. A entrevista conta com 13 questões e foram respondidas por um educador e duas educadoras que atuam na escola do assentamento. Por questão de privacidade achamos por bem não mencionar os nomes destes educadores e os identificaremos como Educador 1 (E/1 - residente no assentamento Jurema e militante do Movimento), Educador 2 (E/2 - residente no Sítio Araçá, vizinho ao assentamento Jurema), e Educador 3 (E/3 - residente no povoado Pedrão, próximo ao assentamento Jurema).

<b>Entrevistado</b>	<b>Residente</b>	<b>Formação</b>
E/1	Assentamento Jurema	Ensino Médio
E/2	Sítio Araçá	Pedagogia
E/3	Povoado Pedrão	Pedagogia

O critério para a escolha dessas pessoas para responderem ao questionário foi o fato de atuarem como professores(as) na escola do assentamento e residirem na comunidade ou em comunidades vizinhas que tiveram escolas fechadas.

Foi possível observar a partir deste levantamento que todos os funcionários da escola do assentamento Jurema residem na área rural do município de Delmiro Gouveia, ou no próprio assentamento ou em comunidades vizinhas.

Trata-se de uma entrevista estruturada, com questões previamente elaboradas, buscando uma articulação com os objetivos e problema da pesquisa e foi realizada na escola do assentamento Jurema, nos dias 14 e 15/04/2018, nos turnos matutino e vespertino, de acordo com o horário de atuação de cada educador(a).

A seguir apresentamos a entrevista (4.1) e logo depois é feita a análise dos dados (4.2), com base nas respostas dos entrevistados.

## 4.1 Os Aspectos Pesquisados

### 4.1.1 Como aconteceu a criação da escola no assentamento jurema?

**E/1:** *A criação da escola aqui no assentamento Jurema se deu pela iniciativa dos próprios moradores que doaram um pouco do material usado na construção das suas casas e construíram uma pequena estrutura, bem rudimentar, contendo duas pequenas salas de aula e um banheirinho.*



Escola Do Assentamento Jurema em 2010. Foto: o autor

**E/3:** *A escola funcionou com essa estrutura feita pelos moradores até o ano de 2014, quando foi feita uma pequena reforma pela prefeitura, mas não mudou muita coisa, só foi construído uma cozinha, uma salinha para colocar os computadores, além de dois banheiros.*

**E/2:** *Na época do acampamento, as crianças iam estudar em uma escola no povoado Olho D'aguinha, que fica um pouco distante daqui, depois da construção da escola pelos moradores passou a funcionar aqui no assentamento e logo depois foi reconhecida pelo MEC, sendo gerida pela prefeitura municipal de Delmiro Gouveia.*

É possível observar através desses relatos que a educação ocupa um lugar importante entre os moradores do Assentamento, pois partiu deles a construção da escola, uma vez que, cada um tirou um pouco do já limitado material utilizado na construção das suas casas e doou para construir a escola. Por outro lado, vemos o

descaso do poder público para com essa comunidade e sua escola, quando, depois de muito tempo resolvem fazer uma reforma na estrutura física da escola, essa reforma não atende as condições básicas para que se tenha as mínimas condições de se desenvolver um trabalho adequado de ensino e aprendizagem.

#### 4.1.2 Como é a estrutura física da escola?

**E/1:** *A estrutura física da escola na atualidade continua muito parecida com a construída pelos moradores, pois continua apenas com as duas apertadíssimas salas de aula, do mesmo tamanho da época da construção, só um pouco mais altas porque eram muito baixinhas, agora possui dois banheiros e foi construída uma cozinha, uma sala de informática e uma salinha para depósito.*



Escola do Assentamento Jurema 2018. Foto: o autor

De acordo com o Art. 12, da Resolução Normativa N° 040/2014 – CEE/AL:

As escolas devem dispor de condições dignas de funcionamento, considerando as condições físicas, materiais e humanas, além de multimeios condizentes com as suas necessidades operacionais, a saber: acervo bibliográfico na forma da lei, recursos audiovisuais, equipamentos tecnológicos, áreas de lazer, entre outros, respeitando-se os padrões mínimos conforme Resolução n° 51/2002 – CEB/CEE/AL.

Esse relato apresentado na questão 2, só vem reforçar o descaso do poder público para com a educação do campo em nosso município, pois é inaceitável que uma escola funcione em um prédio com essa estrutura física. É desumano tanto para discentes, como para os docentes.

#### 4.1.3 Como é a organização da escola?

**E/1:** *A escola é administrada pelo município de Delmiro Gouveia. É o município que organiza o quadro de funcionários, a reforma do prédio, que raramente acontece, fornece materiais como, lousa, carteira, geladeira, fogão, livro didático e merenda.*

**E/2:** *Outra parte do material utilizado na escola como armários, máquina de xérox, bebedouro, papéis, lápis, painéis, entre outros, é comprado com o dinheiro do PDDE, recurso que vem para as escolas todos os anos através do governo federal.*

**E/3:** *O quadro de funcionários da escola é composto por sete professores, três merendeiras e uma coordenadora, destes, apenas uma professora, um professor e uma merendeira são moradores do assentamento, os outros são moradores de sítios e povoados vizinhos. Dois destes professores são concursados, enquanto os demais professores, a coordenadora e as merendeiras são contratados pelo município.*

A resolução nº 2, de 28 de abril de 2008(\*), do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo traz no seu artigo 7º, p. 2

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. (\*Publicada no Dou de 29/4/2008, Seção 1, p. 25-26).

Como vimos, a escola do Assentamento Jurema não é atendida por essas diretrizes, nem por essas normas, nem princípios.

#### 4.1.4 Quais modalidades de ensino são ofertadas na escola?

**E/1:** *Na escola funciona, no período da manhã, o maternal, para crianças a partir de 3 anos, a educação infantil, o 1º ano, o 2º ano e o 3º ano; no período da tarde funciona o 4º e o 5º ano.*

**E/2:** *Como a escola é muito pequena, com apenas duas salas de aula, e possui muitas turmas no período matutino, fazemos o possível para tentar adequar todos, a turminha do maternal fica na sala de informática, a turma da educação infantil funciona na Igreja Católica, em construção, que fica em frente à escola, o 1º e o 2º anos funciona numa turma multisseriada em uma das minúsculas salinhas de aula, e o 3º ano funciona na outra sala.*



Igreja em construção, onde funciona uma turma de educação infantil, no Assentamento Jurema. Foto: o autor

De acordo com a resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, do Ministério da Educação, no Art. 10, parágrafo 2º, p. 3

§ 2º As escolas multisseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, necessitam de professores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente. (Publicada no Dou de 29/4/2008, Seção 1, p. 25-26).

É possível entender através das respostas das pessoas entrevistadas, que diante do absurdo descaso do poder público, moradores da comunidade e professores se esforçam como podem para manter a escola funcionando e todas as crianças estudando, inclusive improvisando o espaço de uma igreja em construção para que as aulas se realizem.

#### **4.1.5 Como se dá a continuidade dos estudos entre os alunos da escola do Assentamento Jurema?**

**E/1:** *Como a escola aqui do assentamento só oferece até o 5º ano do ensino fundamental, a partir do 6º ano os alunos vão estudar na cidade de Delmiro Gouveia. O deslocamento para a cidade é muito complicado, pois as crianças e adolescentes precisam pegar transportes superlotados, que às vezes faltam, além de saírem muito cedo e voltarem muito tarde para casa. Alguns desses alunos que vão estudar em Delmiro são crianças pequenas ainda.*

**E/2:** *Seria interessante que aqui no assentamento funcionasse também do 6º ao 9º ano, mas para isso é necessário à construção de uma escola maior e bem estruturada que pudesse atender os estudantes deste assentamento e de povoados e sítios vizinhos, assim como também de outro assentamento que fica aqui próximo, o assentamento Maria Bonita.*

Segundo a resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, do Ministério da Educação, no Art. 10, parágrafo 2º, p. 2

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo. (Publicada no Dou de 29/4/2008, Seção 1, p. 25-26).

Ainda de acordo com o 1º parágrafo do Art. 5º da resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, do Ministério da Educação

§ 1º Sempre que possível, o deslocamento dos alunos, como previsto no caput, deverá ser feito do campo para o campo, evitando-se, ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade. (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, p. 2).

É possível analisar através das respostas a esta questão que a simples construção de uma escola bem estruturada na comunidade é o sonho dos moradores.

#### **4.1.6 Qual a formação dos professores e demais funcionários da escola?**

**E/3:** *A formação dos funcionários da nossa escola é bem diversificada. As merendeiras tem ensino fundamental incompleto. Os professores, três tem apenas o Ensino Médio, um está concluindo o curso de Pedagogia, dois licenciados em Pedagogia e uma licenciada em Biologia. A coordenadora é licenciada em Geografia.*

**E/2:** *Nós professores aqui da escola da Jurema estamos sempre participando de cursos de formação oferecidos pelo governo federal em parceria com a secretaria municipal de educação de Delmiro Gouveia, como o Pró-letramento, o Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) e o Peads (Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável), por exemplo. Estamos sempre nos capacitando, no entanto, necessitamos de cursos de formação relacionados à educação do campo.*

Sobre essa questão, a resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, do Ministério da Educação trás no 2º parágrafo do Art. 7º

§ 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente das escolas do campo deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades. (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, p. 2)

#### **4.1.7 Como é o currículo adotado na escola?**

**E/2:** *A escola segue o currículo indicado pelo Município e adotado também por outras escolas da Zona Rural, incluindo alguns aspectos da realidade local aqui do assentamento, no entanto, os professores têm a liberdade de planejar suas aulas da forma que acharem mais interessante, acrescentando ou retirando o que eles quiserem do currículo indicado pela secretaria municipal de educação.*

**E/1:** *Aqui estamos sempre trabalhando a questão da coletividade, da participação nas lutas por direitos. Estamos sempre trabalhando junto à comunidade, fazemos visitas às famílias, nossas comemorações são feitas juntamente com todas as pessoas da comunidade, estamos sempre em contato com a terra, com as plantas, com os animais, fazemos trilhas ecológicas na caatinga, visitamos roças, estamos sempre inserindo o aprendizado das crianças à realidade local e o modo de vida da comunidade local.*

**E/3:** *Fazemos várias campanhas de conscientização junto à população local, como, por exemplo, a importância da preservação da caatinga; o destino correto que se deve dar ao lixo produzido por nós e por outras pessoas; incentivo à preservação da cultura local, entre outras.*

Observamos através desses relatos que, apesar da escola seguir o currículo indicado pela secretaria, os professores estão sempre procurando adaptar esse currículo a realidade da população local.

#### **4.1.8 Como é feito o processo de avaliação na escola?**

**E/2:** *O processo de avaliação aqui na escola do assentamento Jurema, apesar de variar um pouco de professor para professor, geralmente é feito de forma contínua, através da observação diária quanto ao interesse e participação nas atividades propostas. Alguns professores fazem provas outros não, isso fica a critério de cada um.*

**E/1:** *O currículo proposto pelo município exige que utilizemos três instrumentos avaliativos por bimestre. Aqui na escola usamos, geralmente, a observação na participação nas aulas, um trabalho e uma prova escrita a cada bimestre.*

#### **4.1.9 Qual o material didático utilizado na escola?**

**E/1:** *O material didático usado na escola é enviado pelo MEC através da secretaria de educação. Na nossa escola trabalhamos com um livro didático destinado às escolas do campo, mas encontramos dificuldades, pois este livro traz, na maioria dos conteúdos, a realidade do campo de outras regiões do país, bem diferente da nossa, temos sempre que adaptar, o livro é só um complemento, só mais um instrumento no processo de aprendizagem.*

**E/2:** *Recebemos também livros de literatura infantil, jogos pedagógicos, computadores, retroprojetor, além de aparelhos de TV, DVD e som. A escola hoje possui internet, estamos sempre fazendo pesquisas juntamente com os alunos.*

Observamos que a carência de material didático não é o principal problema da escola, claro que precisaria muito mais, mas o principal problema é o espaço físico da escola, que não oferece condições de se trabalhar com o material didático existente de maneira adequada.

#### **4.1.10 O que vocês pensam sobre escola e educação?**

**E/1:** *Escola é um lugar formal onde se adquire conhecimento. Educação ultrapassa os muros da escola e está presente em todos os lugares do assentamento, em casa, nas associações, na família, na roça, na lida com a terra, na luta por direitos, no trabalho coletivo, nas comemorações. A educação está em toda a parte, tanto na escola como fora dela.*

**E/2:** *Na minha concepção, a escola deve ser um lugar que possa proporcionar uma educação emancipadora, capaz de possibilitar ao educando a capacidade de ver o mundo com um olhar crítico, uma educação que possa contribuir para a mudança dessa realidade social excludente, desigual, onde poucas pessoas possuem praticamente todos os recursos do nosso país, enquanto a grande maioria da população não tem sequer uma casa para morar ou um pedaço de terra para trabalhar.*

Observamos que os educadores da escola do Assentamento Jurema possuem uma visão ampla do que é educação, veem educação como algo que vai muito além da mera transmissão de conhecimento, algo capaz de superar os problemas sociais existentes, de transformar a realidade.

#### **4.1.11 Quais as limitações existentes na escola do assentamento Jurema?**

**E/1:** *Uma das limitações é o espaço físico da escola, pois a escola é muito pequena, com salas de aula muito apertadas, não tem pátio, não tem área de recreação, não tem refeitório, não tem uma sala de leitura, a sala onde fica os computadores é muito apertada. Temos muitas dificuldades para realizarmos atividades com nossos alunos devido a essa falta de estrutura.*



Sala de aula na Escola do Assentamento Jurema. Foto: o autor

**E/2:** *Podemos apontar como mais uma limitação, a escola não ofertar o ensino fundamental maior, do 6º ao 9º ano, obrigando nossos alunos após concluírem o 5º ano, se deslocarem para a cidade de Delmiro Gouveia para continuarem os estudos.*

**E/3:** *Outra limitação é a falta de cursos de formação continuada direcionada a professores do campo.*

Como podemos perceber através das respostas a essa questão, são três as principais limitações encontradas na escola do Assentamento Jurema, o espaço físico da escola, o fato da escola não dar condição aos estudantes de continuarem seus estudos no assentamento, pois só funciona até o 5º ano do ensino fundamental, e a falta de cursos

de formação condizentes com a realidade do campo e mais precisamente dos assentamentos.

#### **4.1.12 Quais objetivos já foram alcançados pela escola do assentamento Jurema?**

**E/1:** *O principal objetivo é vermos todas as crianças do assentamento e de comunidades vizinhas na escola. Fazemos a busca dessas crianças de casa em casa e garantimos que nenhuma delas fique fora da escola.*

**E/2:** *Outro objetivo alcançado é o reconhecimento da nossa escola pelo MEC, pois através desse reconhecimento ela pode ter acesso aos recursos disponibilizados para as escolas públicas.*

Observamos que os objetivos que já foram alcançados pela escola do Assentamento Jurema, foram conquistados devido ao esforço dos moradores da comunidade e das educadoras e educadores. O poder público municipal sempre esteve ausente na conquista destes objetivos.

#### **4.1.13 Quais as perspectivas da escola?**

**E/1:** *Uma das perspectivas é que seja construída aqui no assentamento uma escola grande, bem estruturada para que possamos ofertar um ensino de qualidade às crianças e aos jovens aqui da Jurema e de comunidades vizinhas.*

**E/2:** *Outra expectativa é que seja implantado aqui o ensino fundamental maior, até o 9º ano, para que nossas crianças possam continuar os estudos aqui no assentamento.*

Percebe-se através destas perspectivas a vontade ou a necessidade de se construir uma escola que possa garantir, para as crianças, jovens e adultos da comunidade e de comunidades circunvizinhas, uma educação de qualidade, baseada nos princípios da Educação do Campo.

## **4.2 Análise dos Dados**

Através das falas das pessoas entrevistadas foi possível perceber que mesmo depois de toda discussão para se criar uma escola do campo que atendesse, de fato, aos anseios das comunidades camponesas, não encontramos nesses espaços uma educação renovada, direcionada às dificuldades das famílias residentes no campo.

Não foi notada nas escolas pesquisadas a presença de um projeto educativo voltado para a valorização da terra, do trabalho, da cultura e dos saberes campestre. Na realidade, o processo de ensino e aprendizagem nas escolas do município de Delmiro Gouveia, e mais precisamente, nos locais onde essa pesquisa foi realizada, assentamento Jurema e povoados circunvizinhos, não é contemplado por esse projeto educativo.

Na zona rural de Delmiro esse projeto não saiu do papel, pois observamos vários povoados com escolas fechadas, onde as crianças residentes nessas comunidades precisam se deslocar para outras comunidades rurais ou para a cidade, utilizando transportes precários e superlotados, circulando por estradas de péssima qualidade, para estudarem. Diante dessa situação, muitas crianças e jovens desistem de estudar aumentando o índice de evasão escolar e analfabetismo nessas comunidades.

No assentamento Jurema a escola continua funcionando, mas, como vimos nas respostas das educadoras, não oferece a mínima condição física e estrutural para se realizar um trabalho de qualidade, um trabalho emancipador, baseado nos princípios do que deveria ser a educação do campo.

A reforma agrária e a implantação de uma educação de qualidade e emancipadora no campo brasileiro são vistas como as únicas alternativas para que os pequenos trabalhadores rurais possam viver com dignidade e autonomia diante dessa sociedade desigual, sustentada por esse sistema capitalista que está sempre proporcionando o acúmulo de riquezas e lucros para uma pequena minoria de pessoas, e exclusão social e miséria para a grande maioria da população. Caldart, em seu livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, cita que

O capitalismo, sistema social ainda hegemônico no mundo, vem se mostrando cada vez mais desumanizador e cruel em sua lógica. Por isso, estão de volta as grandes questões sobre nossos destinos enquanto seres humanos, enquanto modelo de sociedade, enquanto projeto de país, de pessoas concretas. Também estão de volta as angústias sobre o sentido de nossa prática como educadoras e educadores comprometidos com essa questão de fundo. (CALDART, 2004. p. 17.)

Vivemos em um mundo globalizado gerido pelo sistema capitalista e por grandes empresas multinacionais que comandam e direcionam a produção e a circulação de mercadorias no mundo inteiro transformando a educação, a saúde o lazer e a produção de alimentos em negócio para fortalecer o capital e dar lucro a essas grandes empresas capitalistas. Essa prática desumana e excludente, imposta pela sociedade capitalista atual, coloca em risco a natureza, e conseqüentemente o ser humano, pois, cada vez mais o espaço público é privatizado, garantindo acesso apenas às pessoas que

detém o capital, enquanto a grande maioria da população vai ficando cada vez mais à margem da sociedade. De acordo com BOGO

As empresas transnacionais criaram o seu próprio regime político e estabeleceram o domínio absoluto sobre os governos locais, determinaram a função do Estado e militarizaram as relações de trabalho por meio da ordem rígida e disciplinada. Com isso, nasceu o totalitarismo das empresas, que nas relações de produção e consumo, não apenas criaram os objetos para os sujeitos, mas também sujeitos para os objetos criados. (BOGO, 2008. p. 11)

O principal intuito desse sistema é o lucro e o acúmulo do capital das grandes empresas, sem levar em conta o modo de vida da classe trabalhadora, que a cada dia tem os seus direitos sociais retirados. Atualmente no Brasil esses direitos sociais, conquistados com muitas dificuldades ao longo dos tempos, são amplamente ameaçados por reformas propostas pela presidência da república que tem como objetivo, entre outras coisas, retirar direitos da classe trabalhadora.

Essa pesquisa nos leva a entender que o MST aqui no município de Delmiro Gouveia, assim como em todo sertão de Alagoas, enfrenta grandes dificuldades para dirigir seu próprio destino e atingir os objetivos propostos na proposta nacional no que se refere à educação.

Isso porque não basta apenas que a educação do campo seja garantida por lei para que a escola rural se transforme em escola do campo, pois não é possível mudar de uma hora pra outra um modelo educacional. Para que essa transformação aconteça é necessária uma maior conexão entre os diversos saberes e fazeres dos povos do Campo com o conhecimento escolar, uma maior conexão entre a comunidade e a escola nela inserida.

Através da entrevista observamos que a escola do assentamento Jurema segue o currículo adotado pela secretaria municipal de educação de Delmiro Gouveia. Um currículo que nada tem a ver com os ideais do MST, nem com os princípios da educação do campo. Os princípios e finalidades da Educação do Campo, determinados pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001/2004), são os seguintes:

Os saberes técnicos, humanos e ambientais contribuam para o desenvolvimento rural e sustentável;  
 Se fortaleçam novos valores de respeito, igualdade e dignidade entre as diferentes gerações e etnias, estimulando o amor pela terra como fonte geradora de vida;  
 As especificidades de grupos humanos como os assalariados, agricultores, ribeirinhos, pescadores, indígenas e quilombolas sejam consideradas na elaboração dos planos de ensino e de aula;

Se valorize os saberes dos diferentes sujeitos, como crianças, jovens, adultos, idosos, enfim, homens e mulheres que lutam e buscam uma educação de qualidade e igualitária. (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008)

As escolas dessas comunidades rurais precisam de autonomia para romper com esse currículo imposto pela secretaria de educação, que valoriza a cultura industrial urbana, com conteúdos e atividades que favorecem o individualismo, trabalhados diferente da realidade dos alunos do campo, supervalorizando a técnica e a instrução e deixando de lado a produção do conhecimento e seguirem esses princípios da educação do campo, rompendo com as metodologias tradicionais e com a educação elitista bancária.

O currículo adotado por essas escolas precisa está relacionado com a vida diária da comunidade, preocupando-se com a formação humana dos estudantes, apoiando ações afirmativas relacionadas ao bem comum da comunidade, ao associativismo e a sustentabilidade das famílias, concebendo a educação da escola simultânea com a educação comunitária onde os sujeitos do campo possam assumir tarefas e responsabilidades que desenvolvam a comunidade em que vivem.

A ausência de coesão entre teoria e prática e a falta de consistência no processo de ensino e aprendizagem impossibilita a construção de projetos de educação que possibilite a formação de cidadãos críticos, capazes de refletir sobre sua própria vida e a sociedade em que vivem. Faz-se necessário uma nova postura e um novo olhar para os conteúdos, as metodologias e os objetivos planejados nas escolas do campo, além de cursos de capacitação para que os professores possam trabalhar com as exigências peculiares e importantes para a vida no campo. A Resolução Normativa Nº 040/2014 – CEE/AL, que dispõe sobre a regulamentação da oferta de Educação do Campo no Sistema Estadual de Educação de Alagoas relata que

Deverá ser ofertada, aos educadores, gestores, técnicos, pessoal administrativo e de apoio, que atuem nas escolas do campo, formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades e peculiaridades dos sujeitos do campo, com estudo dos múltiplos aspectos da realidade campesina, especialmente a realidade alagoana e nordestina. (2014. p. 3.)

O currículo das escolas do campo não pode preocupar-se unicamente em transmitir uma lista de conteúdos desassociados da vida campesina, que valoriza apenas a erudição e a técnica. É necessário que esse currículo seja pensado comprometendo-se com a construção de uma sociedade sustentável e justa, baseado tanto nos princípios como nas finalidades da Educação do Campo.

O processo de ensino e aprendizagem das escolas do campo precisa contribuir para a ruptura das barreiras do tradicionalismo secular que persiste em preservar as práticas de dominação de valores capitalistas e urbanistas, encorajando os moradores do campo, através da promoção do diálogo entre o saber científico- acadêmico e o saber popular da população campesina, para a construção de posturas renovadas na luta por direitos.

No entanto, para que essas transformações aconteçam, o professor do campo necessita de autonomia política e pedagógica para envolvesse criticamente, refletindo juntamente com outros professores e com a comunidade em geral sobre os problemas presentes na escola e na comunidade em geral buscando soluções para resolvê-los, associando a sua formação docente com a sua formação como cidadão e como ser humano e enfrentar as imposições do sistema capitalista que sempre prioriza a competição entre os trabalhadores e o lucro para as grandes empresas, sem levar em conta o desenvolvimento humano, a vida e o trabalho coletivo.

O educador do campo, ao invés de ser um mero transmissor de conhecimento, precisa ser um agente comunitário e cidadão do campo, pesquisando sobre os potenciais políticos, sociais, econômicos e culturais da comunidade campesina, incentivando as potencialidades coletivas e individuais e mediando as aprendizagens e discussões do povo do campo. Para isso, é necessário que esse educador comprometa-se de forma mais intensa com o desenvolvimento sustentável das comunidades onde a escola está inserida e, principalmente, com a formação humana dos educandos tanto afetivamente, como politicamente, eticamente, cognitivamente e socialmente, ainda que seja naqueles lugares onde ainda predomina as pedagogias tradicionais com as suas opressões e autoritarismo.

Foi constatado nas falas das docentes que a educação do MST não está funcionando de acordo com os princípios educativos do campo e do movimento no assentamento Jurema. Isso acontece devido à grande dependência existente na escola desse assentamento em relação à secretaria municipal educação e à falta de comprometimento do poder público para com essas comunidades.

Apesar de se observar algo de positivo nessa relação entre a secretaria municipal de educação e a escola da comunidade, como o fato de todos os professores morarem ou no assentamento ou em comunidades vizinhas e possuírem certa autonomia para retirarem ou acrescentarem o que acharem necessário no currículo colocado pelo município, esses profissionais, como vimos, até trabalham a coletividade e desenvolvem

trabalhos juntos a comunidade, no entanto, não conseguem se desvincular totalmente do processo de ensino e aprendizagem implantado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para adotarem os princípios da educação do movimento, pois a maioria desses professores é contratada pelo governo municipal e são forçados a seguir as determinações colocadas pela secretaria, por medo de perderem seus contratos.

Outros problemas identificados através da entrevista e que revelam o total abandono dos governantes para com essas comunidades são: a estrutura física precária das escolas, que prejudica muito o trabalho dos educadores e o aprendizado dos educandos; a continuidade dos estudos, pois as escolas dessas comunidades só disponibilizam o ensino até o 5º ano. Ao se deslocarem até a cidade para prosseguirem os estudos, esses estudantes se deparam com um ambiente escolar descontextualizado da vida no campo e do movimento sem terra. Esse problema acaba afetando toda a comunidade, pois a partir do momento que as crianças do MST são alfabetizadas através de um currículo desassociado da vida no assentamento, elas acabam perdendo o vínculo com os ideais do movimento, baseado no trabalho e na luta coletiva e passam a valorizar a vida na cidade, ligada a cultura industrial urbana, a técnica, a instrução ao individualismo e a competição.

O Coletivo Nacional de Educação do MST defende que seja estabelecido nas escolas dos acampamentos e assentamentos um projeto de educação baseado nos princípios da educação no MST. Esses princípios estão divididos em filosóficos e pedagógicos. De acordo com Caldart, no texto final do Caderno de Educação nº 08:

São princípios filosóficos:

- 1º) Educação para a transformação social;
- 2º) Educação para o trabalho e a cooperação;
- 3º) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- 4º) Educação com/para valores humanistas e socialistas;
- 5º) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana;

São princípios pedagógicos:

- 1º) Relação entre prática e teoria;
- 2º) Combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação;
- 3º) A realidade como base da produção do conhecimento;
- 4º) Conteúdos formativos socialmente úteis;
- 5º) Educação para o trabalho e pelo trabalho;
- 6º) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
- 7º) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;
- 8º) Vínculo orgânico entre educação e cultura;
- 9º) Gestão democrática;
- 10º) Auto organização dos/das estudantes;
- 11º) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos

educadores/das educadoras;  
12º) Atitude e habilidades de pesquisa;  
13º) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.  
(CADERNO DE EDUCAÇÃO Nº 08, Princípios da educação no MST, organizado pelo Coletivo Nacional de Educação, (1996).

Para finalizar esta análise, cabe uma reflexão a cerca do que falta a essa escola e a outras escolas de assentamentos no município de Delmiro Gouveia para que atinjam os objetivos do movimento. Através desta pesquisa analisa-se que essas comunidades precisam se organizar a fim da construção de um processo de luta no sentido da conquista de mais autonomia da população em relação à escola local.

As escolas dos assentamentos não podem continuar totalmente dependentes de órgãos públicos como o Ministério da Educação (MEC) e a secretaria de educação para conduzirem o seu projeto de ensino e aprendizagem. Para que esses princípios da educação defendidos pelo MST sejam implantados nessas comunidades é necessária uma aproximação dessas escolas com o setor de educação do MST.

É preciso uma parceria entre essas organizações, MEC, SEMED, setor de educação do MST e a comunidade em que a escola está inserida para que esses princípios da educação do campo e do MST façam parte de fato do processo de ensino e aprendizagem das escolas dessas comunidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar a educação nas escolas dos assentamentos do MST. Por meio desta análise, foi possível perceber que a educação nas áreas de acampamentos e assentamentos, assim como toda a educação do campo carece de mais compromisso e ações por parte do poder público e de mais organização e luta por parte da população camponesa, principalmente aqui no sertão de Alagoas, onde as conquistas foram mínimas.

O MST é um lugar privilegiado no sentido de luta coletiva e formação humana relacionadas à conquista da terra, a educação, a dignidade e ao trabalho do ser humano, portanto, essa formação humana através da luta coletiva precisa ser vinculada a escola, despertando nos educandos o espírito revolucionário, capaz de transformar positivamente a realidade social de exclusão em que vive a população do campo.

A interpretação do MST e a educação escolar presente nele é um processo extremamente amplo, que não se inicia e muito menos se encerra aqui, como diz Caldart, em *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (2004, p. 407): “Nada começa nem termina, continua”. Precisamos de estudos que possam compreender de forma mais aprofundada o MST e a educação escolar dos assentamentos e acampamentos, pois, até o momento, a questão da educação escolar pouco tem sido levada em conta pelos estudos e pesquisas feitas sobre esse movimento.

A partir desta pesquisa observamos que dentro do MST, a luta pelo direito a terra está relacionada à luta pelo direito à educação, para que assim, possam ter acesso ao trabalho digno e emancipador, ao conhecimento, a igualdade e ao direito de viverem com dignidade. Só por meio da luta será possível alcançar a concretização de uma política pública capaz de conquistar a melhoria e a expansão da rede escolar e garantir a todos o acesso à cultura devida, ao conhecimento e a escola.

Através desse trabalho de pesquisa foi possível observar que a Educação do Campo, e, mais especificamente, a educação no MST, obteve alguns avanços nos últimos anos, no entanto, muita coisa ainda precisa melhorar para que, de fato, possamos ter um projeto educativo nas escolas do campo voltado para a valorização da terra, da cultura, dos saberes e do trabalho no campo, e que supere de vez a supervalorização da cultura urbano-burguesa implantada durante anos pela escola rural Brasil afora que apontava o campo como um lugar atrasado e de trabalho árduo, e a cidade como o melhor lugar para se viver como dados constatados na pesquisa.

Para que realmente, esse projeto de educação aconteça é preciso que se desenvolva em cada educador e em cada sujeito do campo, residente nas mais diversas comunidades camponesas, tais como, comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, trabalhadores rurais assalariados, acampados, assentados, entre outras, um compromisso de construção e luta. Somente com um projeto de educação emancipatório, que valoriza a vida, o trabalho e a cultura camponesa é possível se fortalecer enquanto moradores, moradores, professoras e professores destas comunidades rurais e conquistar várias melhorias para o campo, principalmente na área da educação.

Para que essas melhorias aconteçam é necessário que todos os sujeitos do campo, acima citados, desenvolvam capacidade de enfrentar o avanço de empresas do agronegócio nas escolas do campo, que buscam a todo custo, por meio de falsos discursos inovadores, submeter estudantes, professores e a sociedade camponesa em geral ao seu fundamento destruidor.

Para evitar o avanço destas empresas, a sociedade camponesa precisa se unir e providenciar medidas contra o latifúndio e o agronegócio que reproduz destruição dos povos do campo, da natureza, das águas e das florestas e combater todos os tipos de reformas propostas pelos governantes que possam vir a comprometer a soberania e a democracia do Brasil ou que possa reduzir os direitos e as conquistas de trabalhadoras e trabalhadores do campo. É necessário também, resistir ao modo de vida baseada no individualismo e no consumismo produzido pelo capitalismo e continuar na luta por uma sociedade com igualdade, democracia e justiça para todas as pessoas, onde aconteça a Reforma Agrária e nem a natureza, nem o trabalhador possam ser explorados.

É imprescindível a luta por uma sociedade onde todos possam ter acesso a educação de qualidade com valor social, saúde, cultura e um projeto de agricultura que possa garantir qualidade de vida e bem estar para todas as pessoas do campo. Precisamos lutar pela criação de uma escola no campo que possa tornar o trabalho produtivo socialmente, que desenvolva a luta social, tenha a participação de todas as pessoas da comunidade, que tenha uma organização coletiva, pais, alunos e educadores, por políticas públicas que assegurem o direito ao aumento da escolaridade de todos os sujeitos do campo e por uma educação emancipatória que possibilite a vivência de relações sociais com base em valores como trabalho coletivo, solidariedade e justiça, visando o desenvolvimento dos seres humanos em todos os aspectos da vida.

Lutar pela construção de novas escolas, contra a desigualdade na educação no Brasil e seguir combatendo o fechamento de escolas no campo, denunciando que fechar escola é crime. No município de Delmiro Gouveia é alarmante o número de escolas fechadas no campo, somente aqui, no entorno do assentamento Jurema, onde foi realizada esta pesquisa, sete povoados, Pedrão, Lagoa dos Patos, Malhadas, Lameirão, Olho D'aguinha, Turco e o Assentamento Maria Bonita tiveram suas escolas fechadas nos últimos anos, obrigando as crianças moradoras destas comunidades se deslocarem para outros povoados ou para a cidade para estudarem.



Escola fechada no sítio Lagoa dos Patos. Foto: o autor

As diversas fotos de escolas fechadas em várias comunidades rurais do município de Delmiro Gouveia foram um dos pontos fundamentais deste trabalho, uma vez que esse problema me atinge diretamente, pelo fato de ter estudado da educação infantil até a 4ª série, e tempos depois, trabalhei como professor durante dezesseis anos em uma dessas escolas que atualmente se encontram fechadas, a Escola do povoado Pedrão. Trabalhei também como professor na Escola do Povoado Olho D'aguinha. Essas escolas fazem parte da minha vida, e me dói muito vê-las fechadas.

Por fim, esse trabalho de pesquisa procura mostrar os problemas enfrentados pela educação do campo e mais especificamente pela educação no MST, principalmente no município de Delmiro Gouveia e o descaso do poder público para com essas comunidades rurais. Nos sítios, povoados, acampamentos e assentamentos do nosso município há uma longa história educativa e cultural que precisa ser valorizada pelo

poder público, pois nesses espaços habitam crianças, jovens, adultos e idosos repletos de histórias e sonhos ligados ao campo e não podem veem, simplesmente, essas histórias serem apagadas e esses sonhos serem interrompidos, através do fechamento de escolas, discriminação, preconceito, descaso dos governantes e expulsão do campo.

A história, a cultura, as lutas e a educação do campo precisam ser valorizadas, respeitadas, interpretadas e pesquisadas com mais atenção pelas Universidades e pelos cursos de graduação e pós-graduação, pelos materiais didáticos, pelos currículos, pelos programas de formação de educadoras e educadores.

Como recomendações de novos estudos nota-se a necessidade de se pesquisar mais intensamente o que falta a essas escolas para que atinjam os objetivos do movimento, uma vez que a lei existe, mas por que não funciona? Por que a relação do MST a nível nacional, através do seu Coletivo de Educação, é problemática com essas escolas? Outra questão que merece ser investigada mais profundamente é o fechamento das escolas do campo no município de Delmiro Gouveia. Qual o verdadeiro motivo do fechamento? Quais os responsáveis pelo fechamento? Qual a parcela de culpa dos moradores dessas comunidades diante do fechamento da escola. Algumas dessas questões foram analisadas vagamente durante esse trabalho de pesquisa, podendo vir a ser investigado mais profundamente em outras oportunidades.

## 6. REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro (1996). **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

CALDART, Roseli Salete. CERIOLI, Paulo Ricardo. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Primeira Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo**. 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete (Org.). **Princípios da educação no MST**. Produção: setor de educação do MST. Caderno 08, 3 ed. São Paulo, 1999.

CALDART, Roseli Salete (org.). **Pedagogia do movimento Sem Terra – acompanhamento às escolas**. Produção: MST – Setor de Educação-Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária - ITERRA: São Paulo, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do nordeste**. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1991.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: **Por uma Educação Básica do Campo**. Associação Brasileira de Educadores Lassalistas, Revista AEC e UNESCO: Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Dossiê MST escola, Documentos e Estudos**. Caderno de Educação/13, Edição especial. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GARCIA, Regina Leite (org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Coleção - O sentido da Escola. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S. A, 2008.

ITERRA. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Projeto pedagógico**. Caderno/02. Veranópolis, RS, 2001.

KOLLING, Edgar Jorge/ Ir. Nery – FSC & MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo, vol. 01**. Fundação Nacional de Brasília. Brasília-DF, 1999.

LESSA, Golbery. **A questão agrária em Alagoas**. 2011. Disponível em: <[pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/08/artigo-questao-agraria-em-alagoas.html](http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/08/artigo-questao-agraria-em-alagoas.html)> Acesso em: 6 de abril de 2018.

MEC. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008(\*), do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, artigo 1º, p. 1:

MST. **II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – II ENERA**. Boletim da Educação – Número 12, Edição Especial. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MST. **Como fazemos a escola de educação fundamental**. Caderno de Educação/09, 2 ed. Veranópolis, RS: ITERRA, 2001.

MST. **Da educação infantil a universidade**. Revista Sem Terra. São Paulo: Instituto Cultivar, 2014.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 2º Ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

TÁVORA, Fernando Lagares. **A constituição federal, a legislação agrária e a disputa de terra: o país ainda à procura de uma política pública**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988>> Acesso em abril de 2018.